



Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 254/GP

Brasília, 24 de junho de 2016.

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 065/2016/CAE, de 21 de junho de 2016, encaminho a Vossa Excelência cópia anexa do Parecer do Departamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que subsidiou a manifestação de mérito daquele órgão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 29/2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, informações essas que correspondem àquelas solicitadas por essa Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
Brasília - DF



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei 0002983-40.2016.2.00.0000

DECISÃO

Trata-se de ofício encaminhado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) em que solicita informações adicionais para apreciação do impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei da Câmara 29, de 2016, o qual altera dispositivos da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União entre outras providências.

Por determinação desta Presidência, o feito foi autuado como parecer de mérito sobre anteprojeto de lei e remetido ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para emissão de parecer sobre a adequação orçamentária da proposição feita na Câmara.

Em resposta, o DAO emitiu parecer favorável (Id 1975241).

Em seguida, voltaram os autos conclusos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É o relatório.

O anteprojeto apresentado fundamenta-se no art. 99 da Constituição Federal de 1988, que assegura a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e estabelece que aos tribunais competirão a elaboração de suas propostas orçamentárias, dentro dos limites previstos com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O texto original do anteprojeto motiva-se no fato de que a estrutura remuneratória dos servidores do Poder Judiciário está defasada quando comparada a outras carreiras públicas integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Busca-se, assim, corrigir os problemas relacionados à remuneração e diminuir a alta rotatividade de servidores do Judiciário, que têm migrado para outras carreiras mais atrativas e deixado o Judiciário à míngua de mão de obra qualificada para desempenhar as funções inerentes aos cargos.

Nesse contexto, o DAO elaborou tabelas individualizadas, para cada um dos 64 (sessenta e quatro) tribunais de nossa Federação, que demonstraram, por meio de estimativas dos impactos orçamentário-

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

financeiros do reajuste, a estrita obediência da proposta aos limites prudenciais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Confira-se, a esse respeito, a conclusão dos estudos desenvolvidos pelo DAO:

Impactos orçamentários-financeiros

4. Com base nos efetivos de servidores e nos quantitativos de cargos comissionados, foram efetuadas as projeções de impacto orçamentário-financeiro para cada item de informação solicitado, e confrontadas as despesas projetadas com o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para despesas de pessoal e encargos sociais de cada órgão do Poder Judiciário. O resultado é mostrado nas planilhas anexas a este parecer.

5. Para o cálculo da despesa projetada, foram consideradas as atuais despesas com pessoal e encargos sociais de cada órgão, apuradas e publicadas no Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2016, às quais foram acrescidos os impactos decorrentes do reajuste.

6. Para a verificação da observância do limite da LRF foi considerada a Receita Corrente Líquida estimada para 2016, por ocasião da proposta Orçamentária de 2016, informada por meio do Ofício-circular nº 19 SEAFI/SOF/MP, de 31 de julho de 2015, no valor de **R\$ 741.906.616.200,00**. Para os anos subsequentes foi considerado um incremento anual estimado de 6%.

7. É necessário considerar que tramita pelo Senado Federal o PL da Câmara nº 27, de 2016, que dispõe sobre o reajuste do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A aprovação desse projeto terá impacto nas despesas com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Poder Judiciário. **Por essa razão esse impacto está sendo acrescentado nas planilhas de**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

verificação, de forma a ficar demonstrado que os impactos somados e acrescidos das despesas atuais observam o limite.

8. A última parcela de reajuste ocorrerá em janeiro de 2019. O impacto orçamentário-financeiro total, portanto, será observado no exercício de 2019, permanecendo nos anos subsequentes sem novo impacto.

9. A planilha abaixo mostra, de forma consolidada, o impacto total no Poder Judiciário dos reajustes decorrentes da aprovação dos PL da Câmara nº 27 e nº 29, o que será detalhado por órgão nas planilhas anexas. Observa-se que não haverá ultrapassagem dos limites estabelecidos nos arts. 20, I, b e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(...)

PARECER

10. As planilhas anexas a este processo apresentam os impactos orçamentários-financeiros anuais do reajuste dos Vencimentos Básicos, da Gratificação Judiciária, dos Cargos Comissionados e do Adicional de Qualificação dos Técnicos Judiciários, decorrentes do PL da Câmara nº 29, de 2016, por órgão do Poder Judiciário.

11. Os impactos foram somados às atuais despesas dos órgãos, e a despesa total resultante comparada com o respectivo limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que permitiu verificar que não haverá, para nenhum órgão, ultrapassagem desse limite.

12. Considerando que tramita pelo Senado Federal o PL da Câmara nº 27, de 2016, que dispõe sobre o reajuste do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e que sua aprovação terá impacto nas despesas com pessoal e encargos sociais dos órgãos, esse impacto foi acrescentado nas planilhas de verificação, ficando demonstrado que os impactos somados observam o limite.

13. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, art. 98, inciso IV, exige que os projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

exceto de iniciativa exclusiva do STF e do próprio CNJ, sejam acompanhados de parecer deste Conselho.

14. Desta maneira, sob o ponto de vista orçamentário, este departamento não vislumbra qualquer impedimento à emissão de **parecer favorável** ao prosseguimento do pleito.

Apesar de o contexto mencionado autorizar o acolhimento da pretensão, existe limitação temporal para apresentação da proposta, pois o pedido de vista feito na CAE deverá ser apreciado em sua próxima reunião, agendada para a terça-feira, 28 de junho, a partir das 10h, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do Senado.

Não há, assim, tempo hábil para análise do feito pelo Plenário, sem prejuízo dos órgãos da Justiça da União. Todavia, o feito pode ser apreciado pela Presidência *ad referendum* do Colegiado, nos termos dos arts. 6º, XXVI e XXXIII, e 25, XII, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça:

Art. 6º São atribuições do Presidente, que pode delegá-las, conforme a oportunidade ou conveniência, observadas as disposições legais:

XXVI - praticar, em caso de urgência, ato administrativo de competência do Plenário, submetendo-o ao referendo deste na primeira sessão que se seguir;

XXXIII - aprovar os pareceres de mérito a cargo do CNJ nos casos previstos em lei, com referendo do Plenário e encaminhamento aos órgãos competentes;

Art. 25. São atribuições do Relator:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

XII - deferir, monocraticamente, pedido em estrita obediência a enunciado administrativo ou a entendimento firmado pelo CNJ ou pelo Supremo Tribunal Federal;

O CNJ inclusive já se manifestou sobre a possibilidade de emissão de parecer com referendo do Plenário:

PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.381/2011 (Lei Orçamentária de 2011). Créditos suplementares para despesas com Requisições de Pequeno Valor. Urgência. Parecer favorável, ad referendum. (CNJ - QO – Questão de Ordem em PAM - Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei - 0004144-61.2011.2.00.0000 - Rel. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA - 132ª Sessão - j. 16/08/2011).

Considerando, portanto, a conformidade do anteprojeto de lei aos limites fixados na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, acolho a proposta apresentada e emito parecer favorável ao anteprojeto em questão, a fim de aprovar as alterações da Lei 11.416/2006 propostas pelo Projeto de Lei 29/2016, que tramita no Senado Federal.

Submeta-se o feito à apreciação do Plenário na 234ª Sessão Ordinária, nos termos dos arts. 6º, XXVI e XXXIII, e 25, XII, do RICNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Oficie-se à CAE com urgência, remetendo cópias desta decisão e do parecer do DAO.

Brasília, 24 de junho de 2016.

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be 'Ricardo Lewandowski', is written over the printed name and title.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Acompanhamento Orçamentário

Processo: PAM nº 0002983.40.2016.2.00.0000

Assunto: PLC 29 de 2016 – altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Trata-se de parecer de mérito sobre projeto de lei que implica aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, ora em trâmite no Senado Federal, o PL da Câmara nº 29, de 2016, que reajusta a remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

2. Por meio do Ofício nº 065/2016/CAE, de 21 de junho de 2016, o Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal solicitou informações para cada um dos itens abaixo, para que seja dado prosseguimento à apreciação da respectiva matéria:

- (I) estimativa dos impactos orçamentários-financeiros do reajuste do vencimento básico e da gratificação judiciária nos exercícios de 2016 a 2021, por tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;
- (II) estimativa dos impactos orçamentários-financeiros do reajuste dos cargos comissionados nos exercícios de 2016 a 2018, por tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;
- (III) estimativa dos impactos orçamentários-financeiros da nova hipótese de concessão de Adicional de Qualificação aos

Técnicos Judiciários nos exercícios de 2016 a 2018, por tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;

- (IV) demonstração, para cada tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, de que as novas despesas, conjugadas com a evolução legal das atuais despesas de pessoal, considerando as expectativas de novos provimentos, não resultará, para nenhum órgão, na ultrapassagem dos limites com pessoal estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. Em despacho de Vossa Excelência foi determinada a autuação do processo como parecer de mérito sobre anteprojeto de lei e o encaminhamento a este departamento para emissão de parecer.

Impactos orçamentários-financeiros

4. Com base nos efetivos de servidores e nos quantitativos de cargos comissionados, foram efetuadas as projeções de impacto orçamentário-financeiro para cada item de informação solicitado, e confrontadas as despesas projetadas com o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para despesas de pessoal e encargos sociais de cada órgão do Poder Judiciário. O resultado é mostrado nas planilhas anexas a este parecer.

5. Para o cálculo da despesa projetada, foram consideradas as atuais despesas com pessoal e encargos sociais de cada órgão, apuradas e publicadas no Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2016, às quais foram acrescidos os impactos decorrentes do reajuste.

6. Para a verificação da observância do limite da LRF foi considerada a Receita Corrente Líquida estimada para 2016, por ocasião da Proposta Orçamentária de 2016, informada por meio do Ofício-circular nº 19 SEAFI/SOF/MP, de 31 de julho de 2015, no valor de **R\$ 741.906.616.200,00**. Para os anos subsequentes foi considerado um incremento anual estimado de 6%.



7. É necessário considerar que tramita pelo Senado Federal o PL da Câmara nº 27, de 2016, que dispõe sobre o reajuste do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A aprovação desse projeto terá impacto nas despesas com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Poder Judiciário. Por essa razão esse impacto está sendo acrescentado nas planilhas de verificação, de forma a ficar demonstrado que os impactos somados e acrescidos das despesas atuais observam o limite.

8. A última parcela de reajuste ocorrerá em janeiro de 2019. O impacto orçamentário-financeiro total, portanto, será observado no exercício de 2019, permanecendo nos anos subsequentes sem novo impacto.

9. A planilha abaixo mostra, de forma consolidada, o impacto total no Poder Judiciário dos reajustes decorrentes da aprovação dos PL da Câmara nº 27 e nº 29, o que será detalhado por órgão nas planilhas anexas. Observa-se que não haverá ultrapassagem dos limites estabelecidos nos arts. 20, I, b e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Órgão: PODER JUDICIÁRIO	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	23.981.845.951	23.981.845.951	23.981.845.951	23.981.845.951	23.981.845.951
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2.159.673.639	5.434.522.311	7.430.294.318	10.521.138.323	10.521.138.323
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	1.056.060.177	2.732.282.452	4.045.258.276	6.082.645.212	6.082.645.212
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	255.497.954	674.287.081	996.185.263	1.490.204.707	1.490.204.707
Cargos comissionados - Ativos	148.159.524	237.090.810	237.090.810	237.090.810	237.090.810
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	53.446.303	86.850.242	86.850.242	86.850.242	86.850.242
Adicional de Qualificação - Ativos	32.528.021	53.185.566	54.190.255	56.262.567	56.262.567
Subsídio da magistratura - Ativos	153.632.284	454.958.606	454.958.606	454.958.606	454.958.606
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	70.900.032	215.871.727	215.871.727	215.871.727	215.871.727
Encargos sociais estimados (22%)	389.449.345	979.995.827	1.339.889.139	1.897.254.452	1.897.254.452
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	26.141.519.589	29.416.368.262	31.412.140.269	34.502.984.273	34.502.984.273
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	6,275000%	6,275000%	6,275000%	6,275000%	6,275000%
Limite legal (art. 20, I, b)	46.554.640.167	49.347.918.577	52.308.793.691	55.447.321.313	58.774.160.591
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	44.226.908.158	46.880.522.648	49.693.354.007	52.674.955.247	55.835.452.562
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	18.085.388.569	17.464.154.386	18.281.213.738	18.171.970.974	21.332.468.288

PARECER

10. As planilhas anexas a este processo apresentam os impactos orçamentários-financeiros anuais do reajuste dos Vencimentos Básicos, da Gratificação Judiciária, dos Cargos Comissionados e do Adicional de Qualificação dos Técnicos Judiciários, decorrentes do PL da Câmara nº 29, de 2016, por órgão do Poder Judiciário.

11. Os impactos foram somados às atuais despesas dos órgãos, e a despesa total resultante comparada com o respectivo limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que permitiu verificar que não haverá, para nenhum órgão, ultrapassagem desse limite.

12. Considerando que tramita pelo Senado Federal o PL da Câmara nº 27, de 2016, que dispõe sobre o reajuste do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e que sua aprovação terá impacto nas despesas com pessoal e encargos sociais dos órgãos, esse impacto foi acrescentado nas planilhas de verificação, ficando demonstrado que os impactos somados observam o limite.

13. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, art. 98, inciso IV, exige que os projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário, exceto de iniciativa exclusiva do STF e do próprio CNJ, sejam acompanhados de parecer deste Conselho.

14. Desta maneira, sob o ponto de vista orçamentário, este departamento não vislumbra qualquer impedimento à emissão de **parecer favorável** ao prosseguimento do pleito.

Brasília, 24 de junho de 2016.


ANTONIO CARLOS STANGHERLIN REBELO
Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário

ANEXO AO PARECER DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO CNJ

PROCESSO PAM nº 0002983.40.2016.2.00.00000

PLANILHAS DEMONSTRATIVAS DOS IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS-FINANCEIROS POR ÓRGÃO DO JUDICIÁRIO

Órgão: Supremo Tribunal Federal	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	255.253.602	255.253.602	255.253.602	255.253.602	255.253.602
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	27.571.146	67.058.732	93.601.776	134.720.360	134.720.360
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	12.822.919	33.173.584	49.127.442	73.918.255	73.918.255
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	4.594.572	12.125.578	17.914.213	26.798.072	26.798.072
Cargos comissionados - Ativos	2.663.606	4.262.409	4.262.409	4.262.409	4.262.409
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.127.358	1.831.956	1.831.956	1.831.956	1.831.956
Adicional de Qualificação - Ativos	456.532	746.462	760.562	789.647	789.647
Subsídio da magistratura - Ativos	322.610	956.937	956.937	956.937	956.937
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	611.703	1.869.248	1.869.248	1.869.248	1.869.248
Encargos sociais estimados (22%)	4.971.846	12.092.558	16.879.009	24.293.835	24.293.835
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	282.824.748	322.312.334	348.855.378	389.973.962	389.973.962
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,073726%	0,073726%	0,073726%	0,073726%	0,073726%
Limite legal (art. 20, I, b)	546.978.072	579.796.756	614.584.562	651.459.635	690.547.213
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	519.629.168	550.806.918	583.855.333	618.886.653	656.019.853
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	236.804.420	228.494.584	234.999.955	228.912.691	266.045.891

Órgão: Conselho Nacional de Justiça					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	52.623.342	52.623.342	52.623.342	52.623.342	52.623.342
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	4.261.137	9.773.913	13.203.476	18.470.822	18.470.822
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	2.310.176	5.983.979	8.793.892	13.108.906	13.108.906
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Cargos comissionados - Ativos	1.045.718	1.673.400	1.673.400	1.673.400	1.673.400
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	38.972	63.722	64.926	67.409	67.409
Subsídio da magistratura - Ativos	97.869	290.304	290.304	290.304	290.304
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	768.402	1.762.509	2.380.955	3.330.804	3.330.804
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	56.884.479	62.397.255	65.826.818	71.094.164	71.094.164
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%
Limite legal (art. 20, I, b)	126.124.125	133.691.572	141.713.067	150.215.851	159.228.802
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	119.817.919	127.006.994	134.627.413	142.705.058	151.267.362
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	62.933.439	64.609.738	68.800.595	71.610.894	80.173.198

Órgão: Superior Tribunal de Justiça					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	679.573.804	679.573.804	679.573.804	679.573.804	679.573.804
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	65.694.693	157.817.081	217.716.459	310.613.405	310.613.405
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	29.178.395	75.521.328	111.341.801	167.100.678	167.100.678
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	10.524.614	27.775.610	41.035.420	61.385.345	61.385.345
Cargos comissionados - Ativos	7.194.405	11.512.776	11.512.776	11.512.776	11.512.776
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	4.058.831	6.595.601	6.595.601	6.595.601	6.595.601
Adicional de Qualificação - Ativos	568.775	929.987	947.554	983.790	983.790
Subsídio da magistratura - Ativos	847.943	2.515.199	2.515.199	2.515.199	2.515.199
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.475.145	4.507.764	4.507.764	4.507.764	4.507.764
Encargos sociais estimados (22%)	11.846.584	28.458.818	39.260.345	56.012.253	56.012.253
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	745.268.497	837.390.885	897.290.263	990.187.209	990.187.209
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%	0,223809%
Limite legal (art. 20, I, b)	1.660.453.779	1.760.081.005	1.865.685.866	1.977.627.018	2.096.284.639
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	1.577.431.090	1.672.076.955	1.772.401.572	1.878.745.667	1.991.470.407
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	832.162.593	834.686.070	875.111.309	888.558.458	1.001.283.198

Órgão: Superior Tribunal Militar	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	212.563.215	212.563.215	212.563.215	212.563.215	212.563.215
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	31.792.723	79.917.621	106.307.356	147.182.784	147.182.784
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	12.736.662	32.952.100	48.780.294	73.371.800	73.371.800
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	4.594.572	12.125.578	17.914.213	26.798.072	26.798.072
Cargos comissionados - Ativos	2.663.606	4.262.409	4.262.409	4.262.409	4.262.409
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.127.358	1.831.956	1.831.956	1.831.956	1.831.956
Adicional de Qualificação - Ativos	456.532	746.462	760.562	789.647	789.647
Subsídio da magistratura - Ativos	1.171.930	3.476.221	3.476.221	3.476.221	3.476.221
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	3.308.950	10.111.520	10.111.520	10.111.520	10.111.520
Encargos sociais estimados (22%)	5.733.114	14.411.374	19.170.179	26.541.158	26.541.158
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	244.355.938	292.480.836	318.870.571	359.745.999	359.745.999
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%
Limite legal (art. 20, I, b)	597.798.675	633.666.596	671.686.591	711.987.787	754.707.054
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	567.908.741	601.983.266	638.102.262	676.388.397	716.971.701
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	323.552.803	309.502.429	319.231.691	316.642.399	357.225.702

Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	1.571.239.175	1.571.239.175	1.571.239.175	1.571.239.175	1.571.239.175
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	145.224.127	365.886.951	510.914.851	736.518.008	736.518.008
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	80.965.129	209.349.216	311.194.351	469.953.109	469.953.109
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	13.478.909	35.572.317	52.554.200	78.616.417	78.616.417
Cargos comissionados - Ativos	7.927.377	12.685.707	12.685.707	12.685.707	12.685.707
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	3.955.792	6.428.162	6.428.162	6.428.162	6.428.162
Adicional de Qualificação - Ativos	1.564.085	2.557.388	2.605.697	2.705.343	2.705.343
Subsídio da magistratura - Ativos	8.284.558	24.573.959	24.573.959	24.573.959	24.573.959
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	2.860.318	8.740.588	8.740.588	8.740.588	8.740.588
Encargos sociais estimados (22%)	26.187.957	65.979.614	92.132.186	132.814.723	132.814.723
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.716.463.302	1.937.126.126	2.082.154.026	2.307.757.183	2.307.757.183
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,275000%	0,275000%	0,275000%	0,275000%	0,275000%
Limite legal (art. 20, I, b)	2.040.243.195	2.162.657.786	2.292.417.253	2.429.962.289	2.575.760.026
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	1.938.231.035	2.054.524.897	2.177.796.391	2.308.464.174	2.446.972.025
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	221.767.733	117.398.771	95.642.365	706.991	139.214.841

JUSTIÇA FEDERAL

Órgão: Justiça Federal - CONSOLIDADA		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		6.723.272.925	6.723.272.925	6.723.272.925	6.723.272.925	6.723.272.925
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		521.926.441	1.320.927.904	1.832.560.040	2.623.533.738	2.623.533.738
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		288.642.462	746.980.365	1.104.305.688	1.657.191.962	1.657.191.962
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		48.898.726	129.049.093	190.655.892	285.204.287	285.204.287
Cargos comissionados - Ativos		25.083.564	40.139.725	40.139.725	40.139.725	40.139.725
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		6.291.096	10.223.031	10.223.031	10.223.031	10.223.031
Adicional de Qualificação - Ativos		14.196.356	23.212.025	23.650.506	24.554.935	24.554.935
Subsídio da magistratura - Ativos		38.627.600	114.578.593	114.578.593	114.578.593	114.578.593
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		6.068.754	18.544.957	18.544.957	18.544.957	18.544.957
Encargos sociais estimados (22%)		94.117.883	238.200.114	330.461.647	473.096.248	473.096.248
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		7.245.199.366	8.044.200.829	8.555.832.965	9.346.806.663	9.346.806.663
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		1,628936%	1,628936%	1,628936%	1,628936%	1,628936%
Limite legal (art. 20, I, b)		12.085.183.958	12.810.294.995	13.578.912.695	14.393.647.457	15.257.266.304
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		11.480.924.760	12.169.780.245	12.899.967.060	13.673.965.084	14.494.402.989
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		4.235.725.394	4.125.579.416	4.344.134.095	4.327.158.420	5.147.596.325
Órgão: Conselho da Justiça Federal		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		48.900.296	48.900.296	48.900.296	48.900.296	48.900.296
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		4.109.210	9.519.310	13.255.813	19.064.941	19.064.941
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		2.154.954	5.571.881	8.286.984	12.513.714	12.513.714
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		273.827	722.660	1.067.651	1.597.112	1.597.112
Cargos comissionados - Ativos		777.196	1.243.701	1.243.701	1.243.701	1.243.701
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		77.624	126.139	126.139	126.139	126.139
Adicional de Qualificação - Ativos		84.603	138.332	140.945	146.335	146.335
Subsídio da magistratura - Ativos		-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)		741.005	1.716.597	2.390.392	3.437.940	3.437.940
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		53.009.506	58.419.606	62.156.109	67.965.237	67.965.237
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,024639%	0,024639%	0,024639%	0,024639%	0,024639%
Limite legal (art. 20, I, b)		182.798.371	193.766.273	205.392.250	217.715.785	230.778.732
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		173.658.453	184.077.960	195.122.637	206.829.996	219.239.795
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		120.648.947	125.658.354	132.966.529	138.864.759	151.274.558



Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					1.876.929.064	1.876.929.064	1.876.929.064	1.876.929.064	1.876.929.064
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					141.052.526	360.835.577	502.949.926	722.716.195	722.716.195
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					80.745.956	208.948.414	309.042.089	464.006.744	464.006.744
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					12.993.229	34.290.556	50.660.538	75.783.667	75.783.667
Cargos comissionados - Ativos					6.557.939	10.494.277	10.494.277	10.494.277	10.494.277
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					1.909.820	3.103.458	3.103.458	3.103.458	3.103.458
Adicional de Qualificação - Ativos					761.314	1.244.800	1.268.315	1.316.817	1.316.817
Subsídio da magistratura - Ativos					10.787.268	31.997.587	31.997.587	31.997.587	31.997.587
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					1.861.298	5.687.773	5.687.773	5.687.773	5.687.773
Encargos sociais estimados (22%)					25.435.701	65.068.711	90.695.888	130.325.871	130.325.871
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					2.017.981.590	2.237.764.641	2.379.878.990	2.599.645.259	2.599.645.259
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,457394%	0,457394%	0,457394%	0,457394%	0,457394%
Limite legal (art. 20, I, b)					3.393.436.348	3.597.042.529	3.812.865.081	4.041.636.986	4.284.135.205
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					3.223.764.531	3.417.190.403	3.622.221.827	3.839.555.136	4.069.928.444
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					1.205.782.941	1.179.425.762	1.242.342.837	1.239.909.877	1.470.283.185

Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					1.089.921.399	1.089.921.399	1.089.921.399	1.089.921.399	1.089.921.399
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					91.693.548	228.624.488	315.017.362	448.577.037	448.577.037
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					46.933.967	121.466.454	179.509.473	269.299.275	269.299.275
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					10.007.363	26.410.527	39.018.659	58.368.449	58.368.449
Cargos comissionados - Ativos					4.425.075	7.081.182	7.081.182	7.081.182	7.081.182
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					1.158.538	1.882.625	1.882.625	1.882.625	1.882.625
Adicional de Qualificação - Ativos					5.266.973	8.611.865	8.774.545	9.110.096	9.110.096
Subsídio da magistratura - Ativos					6.328.429	18.771.618	18.771.618	18.771.618	18.771.618
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					1.038.301	3.172.851	3.172.851	3.172.851	3.172.851
Encargos sociais estimados (22%)					16.534.902	41.227.367	56.806.410	80.890.941	80.890.941
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					1.181.614.947	1.318.545.887	1.404.938.761	1.538.498.436	1.538.498.436
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,256773%	0,256773%	0,256773%	0,256773%	0,256773%
Limite legal (art. 20, I, b)					1.905.015.876	2.019.316.828	2.140.475.838	2.268.904.388	2.405.038.651
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					1.809.765.082	1.918.350.987	2.033.452.046	2.155.459.169	2.284.786.719
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					628.150.134	599.805.100	628.513.285	616.960.732	746.288.283

Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	1.514.338.420	1.514.338.420	1.514.338.420	1.514.338.420	1.514.338.420
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	120.389.445	304.401.417	423.093.745	606.406.849	606.406.849
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	66.675.753	172.578.954	254.850.413	382.001.417	382.001.417
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	11.831.755	31.225.296	46.131.953	69.009.306	69.009.306
Cargos comissionados - Ativos	5.667.248	9.068.958	9.068.958	9.068.958	9.068.958
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.291.832	2.099.226	2.099.226	2.099.226	2.099.226
Adicional de Qualificação - Ativos	3.583.298	5.858.941	5.969.618	6.197.904	6.197.904
Subsídio da magistratura - Ativos	8.366.614	24.817.357	24.817.357	24.817.357	24.817.357
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.263.373	3.860.627	3.860.627	3.860.627	3.860.627
Encargos sociais estimados (22%)	21.709.572	54.892.059	76.295.593	109.352.055	109.352.055
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.634.727.865	1.818.739.837	1.937.432.165	2.120.745.269	2.120.745.269
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,355468%	0,355468%	0,355468%	0,355468%	0,355468%
Limite legal (art. 20, I, b)	2.637.240.610	2.795.475.047	2.963.203.550	3.140.995.763	3.329.455.509
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	2.505.378.580	2.655.701.295	2.815.043.372	2.983.945.975	3.162.982.733
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	870.650.715	836.961.458	877.611.208	863.200.706	1.042.237.464

Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	1.340.582.578	1.340.582.578	1.340.582.578	1.340.582.578	1.340.582.578
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	101.090.849	256.779.087	354.186.790	504.784.885	504.784.885
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	56.229.560	145.512.056	215.189.689	322.986.437	322.986.437
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	8.001.232	21.116.128	31.196.765	46.667.590	46.667.590
Cargos comissionados - Ativos	4.457.046	7.132.343	7.132.343	7.132.343	7.132.343
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.350.109	2.193.928	2.193.928	2.193.928	2.193.928
Adicional de Qualificação - Ativos	2.723.160	4.452.556	4.536.665	4.710.154	4.710.154
Subsídio da magistratura - Ativos	8.895.209	26.385.294	26.385.294	26.385.294	26.385.294
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.205.035	3.682.356	3.682.356	3.682.356	3.682.356
Encargos sociais estimados (22%)	18.229.497	46.304.425	63.869.749	91.026.783	91.026.783
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.441.673.427	1.597.361.665	1.694.769.368	1.845.367.463	1.845.367.463
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,305833%	0,305833%	0,305833%	0,305833%	0,305833%
Limite legal (art. 20, I, b)	2.268.995.262	2.405.134.977	2.549.443.076	2.702.409.660	2.864.554.240
Limite prudencial I (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	2.155.545.498	2.284.878.228	2.421.970.922	2.567.289.177	2.721.326.528
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	713.872.072	687.516.564	727.201.554	721.971.714	875.959.065

Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		852.601.168	852.601.168	852.601.168	852.601.168	852.601.168
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		63.590.863	160.768.026	224.056.404	321.983.830	321.983.830
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		35.902.273	92.902.606	137.427.040	206.384.374	206.384.374
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		5.791.320	15.283.927	22.580.326	33.778.163	33.778.163
Cargos comissionados - Ativos		3.199.059	5.119.263	5.119.263	5.119.263	5.119.263
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		503.173	817.656	817.656	817.656	817.656
Adicional de Qualificação - Ativos		1.777.008	2.905.532	2.960.418	3.073.629	3.073.629
Subsídio da magistratura - Ativos		4.250.078	12.606.737	12.606.737	12.606.737	12.606.737
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		700.747	2.141.350	2.141.350	2.141.350	2.141.350
Encargos sociais estimados (22%)		11.467.205	28.990.955	40.403.614	58.062.658	58.062.658
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		916.192.031	1.013.369.194	1.076.657.572	1.174.584.998	1.174.584.998
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%
Limite legal (art. 20, I, b)		1.697.697.491	1.799.559.340	1.907.532.901	2.021.984.875	2.143.303.967
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		1.612.812.616	1.709.581.373	1.812.156.256	1.920.885.631	2.036.138.769
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		696.620.585	696.212.180	735.498.683	746.300.633	861.553.771

JUSTIÇA DO TRABALHO

Órgão: Justiça do Trabalho - CONSOLIDADO					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	11.265.358.198	11.265.358.198	11.265.358.198	11.265.358.198	11.265.358.198
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	1.080.313.369	2.713.169.930	3.643.334.029	5.085.500.959	5.085.500.959
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	471.061.055	1.218.428.724	1.807.081.879	2.722.300.246	2.722.300.246
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	137.645.071	363.260.416	536.677.453	802.821.821	802.821.821
Cargos comissionados - Ativos	88.859.594	142.196.685	142.196.685	142.196.685	142.196.685
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	35.031.717	56.926.541	56.926.541	56.926.541	56.926.541
Adicional de Qualificação - Ativos	11.635.913	19.025.523	19.384.920	20.126.227	20.126.227
Subsídio da magistratura - Ativos	85.076.234	252.356.225	252.356.225	252.356.225	252.356.225
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	56.193.178	171.715.665	171.715.665	171.715.665	171.715.665
Encargos sociais estimados (22%)	194.810.608	489.260.151	656.994.661	917.057.550	917.057.550
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	12.345.671.567	13.978.528.128	14.908.692.227	16.350.859.157	16.350.859.157
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	3,053295%	3,053295%	3,053295%	3,053295%	3,053295%
Limite legal (art. 20, I, b)	22.652.597.617	24.011.753.474	25.452.458.683	26.979.606.204	28.598.382.576
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	21.519.967.736	22.811.165.800	24.179.835.748	25.630.625.893	27.168.463.447
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	9.174.296.169	8.832.637.673	9.271.143.522	9.279.766.737	10.817.604.290

Órgão: Tribunal Superior do Trabalho					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	492.112.260	492.112.260	492.112.260	492.112.260	492.112.260
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	52.931.732	132.094.261	188.192.194	275.561.829	275.561.829
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	27.700.013	71.572.327	106.936.731	162.256.422	162.256.422
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	8.427.359	22.240.722	32.858.230	49.152.994	49.152.994
Cargos comissionados - Ativos	5.264.998	8.425.260	8.425.260	8.425.260	8.425.260
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	653.255	1.937.708	1.937.708	1.937.708	1.937.708
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.341.041	4.097.967	4.097.967	4.097.967	4.097.967
Encargos sociais estimados (22%)	9.545.066	23.820.277	33.936.297	49.691.477	49.691.477
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	545.043.992	624.206.521	680.304.454	767.674.089	767.674.089
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%
Limite legal (art. 20, I, b)	1.348.519.142	1.429.430.290	1.515.196.108	1.606.107.874	1.702.474.347
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	1.281.093.185	1.357.958.776	1.439.436.302	1.525.802.481	1.617.350.629
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	736.049.193	733.752.255	759.131.849	758.128.391	849.676.540

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	1.031.808.469	1.031.808.469	1.031.808.469	1.031.808.469	1.031.808.469
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	109.387.711	271.874.371	369.629.766	521.155.581	521.155.581
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	44.421.423	114.886.939	170.492.903	257.042.320	257.042.320
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	19.434.805	51.290.580	75.776.210	113.354.483	113.354.483
Cargos comissionados - Ativos	8.990.887	14.387.577	14.387.577	14.387.577	14.387.577
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	4.743.298	7.707.860	7.707.860	7.707.860	7.707.860
Adicional de Qualificação - Ativos	1.158.370	1.894.014	1.929.793	2.003.591	2.003.591
Subsídio da magistratura - Ativos	7.457.792	22.121.574	22.121.574	22.121.574	22.121.574
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	3.455.483	10.559.300	10.559.300	10.559.300	10.559.300
Encargos sociais estimados (22%)	19.725.653	49.026.526	66.654.548	93.978.875	93.978.875
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.141.196.180	1.303.682.840	1.401.438.235	1.552.964.050	1.552.964.050
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%
Limite legal (art. 20, I, b)	2.185.219.166	2.316.332.316	2.455.312.255	2.602.630.991	2.758.788.850
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	2.075.958.208	2.200.515.701	2.332.546.643	2.472.499.441	2.620.849.408
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	934.762.028	896.832.861	931.108.408	919.535.391	1.067.885.358

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	1.429.393.273	1.429.393.273	1.429.393.273	1.429.393.273	1.429.393.273
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	153.742.636	386.843.512	506.107.704	690.662.848	690.662.848
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	60.054.807	155.402.698	229.766.878	345.115.059	345.115.059
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	18.530.891	48.905.050	72.251.851	108.082.354	108.082.354
Cargos comissionados - Ativos	14.946.818	23.918.497	23.918.497	23.918.497	23.918.497
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	4.846.638	7.875.787	7.875.787	7.875.787	7.875.787
Adicional de Qualificação - Ativos	1.507.230	2.464.426	2.510.980	2.607.003	2.607.003
Subsídio da magistratura - Ativos	14.921.330	44.260.193	44.260.193	44.260.193	44.260.193
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	11.210.840	34.258.194	34.258.194	34.258.194	34.258.194
Encargos sociais estimados (22%)	27.724.082	69.758.666	91.265.324	124.545.759	124.545.759
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.583.135.909	1.816.236.785	1.935.500.977	2.120.056.121	2.120.056.121
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%
Limite legal (art. 20, I, b)	2.716.468.818	2.879.456.947	3.052.224.364	3.235.357.826	3.429.479.295
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	2.580.645.377	2.735.484.100	2.899.613.146	3.073.589.934	3.258.005.331
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	997.509.468	919.247.315	964.112.169	953.533.813	1.137.949.210

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		1.104.465.715	1.104.465.715	1.104.465.715	1.104.465.715	1.104.465.715
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		101.074.166	254.790.811	345.236.206	485.603.490	485.603.490
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		43.428.306	112.297.035	166.881.683	251.918.662	251.918.662
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		15.498.120	40.901.235	60.427.093	90.393.566	90.393.566
Cargos comissionados - Ativos		6.796.959	10.876.766	10.876.766	10.876.766	10.876.766
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		4.012.624	6.520.514	6.520.514	6.520.514	6.520.514
Adicional de Qualificação - Ativos		811.487	1.326.838	1.351.902	1.403.601	1.403.601
Subsídio da magistratura - Ativos		7.418.200	22.004.136	22.004.136	22.004.136	22.004.136
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		4.881.980	14.918.402	14.918.402	14.918.402	14.918.402
Encargos sociais estimados (22%)		18.226.489	45.945.884	62.255.709	87.567.842	87.567.842
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		1.205.539.881	1.359.256.526	1.449.701.921	1.590.069.205	1.590.069.205
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,304548%	0,304548%	0,304548%	0,304548%	0,304548%
Limite legal (art. 20, I, b)		2.259.461.762	2.395.029.467	2.538.731.235	2.691.055.109	2.852.518.416
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		2.146.488.673	2.275.277.994	2.411.794.673	2.556.502.354	2.709.892.495
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		940.948.793	916.021.467	962.092.752	966.433.149	1.119.823.290

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		904.902.381	904.902.381	904.902.381	904.902.381	904.902.381
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		98.359.027	246.150.452	327.871.657	454.679.454	454.679.454
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		39.367.739	101.823.586	150.992.924	227.572.520	227.572.520
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		14.110.279	37.238.572	55.015.909	82.298.915	82.298.915
Cargos comissionados - Ativos		7.020.869	11.235.076	11.235.076	11.235.076	11.235.076
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		5.390.320	8.759.271	8.759.271	8.759.271	8.759.271
Adicional de Qualificação - Ativos		1.227.695	2.007.366	2.045.286	2.123.500	2.123.500
Subsídio da magistratura - Ativos		6.371.124	18.898.260	18.898.260	18.898.260	18.898.260
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		7.134.127	21.800.536	21.800.536	21.800.536	21.800.536
Encargos sociais estimados (22%)		17.736.874	44.387.786	59.124.397	81.991.377	81.991.377
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		1.003.261.408	1.151.052.833	1.232.774.038	1.359.581.835	1.359.581.835
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%
Limite legal (art. 20, I, b)		1.640.095.861	1.738.501.613	1.842.811.710	1.953.380.412	2.070.583.237
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		1.558.091.068	1.651.576.532	1.750.671.124	1.855.711.392	1.967.054.075
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		554.829.661	500.523.699	517.897.086	496.129.557	607.472.240

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		632.001.007	632.001.007	632.001.007	632.001.007	632.001.007
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		56.943.421	146.335.301	197.298.722	276.355.768	276.355.768
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		25.761.894	66.628.877	98.876.670	149.047.054	149.047.054
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		7.543.145	19.907.185	29.410.683	43.995.771	43.995.771
Cargos comissionados - Ativos		3.322.099	5.316.155	5.316.155	5.316.155	5.316.155
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		828.354	1.346.075	1.346.075	1.346.075	1.346.075
Adicional de Qualificação - Ativos		712.397	1.164.818	1.186.821	1.232.207	1.232.207
Subsídio da magistratura - Ativos		4.600.253	13.645.438	13.645.438	13.645.438	13.645.438
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		3.906.794	11.938.420	11.938.420	11.938.420	11.938.420
Encargos sociais estimados (22%)		10.268.486	26.388.333	35.578.458	49.834.647	49.834.647
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		688.944.428	778.336.308	829.299.729	908.356.775	908.356.775
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,184667%	0,184667%	0,184667%	0,184667%	0,184667%
Limite legal (art. 20, I, b)		1.370.056.691	1.452.260.092	1.539.395.698	1.631.759.440	1.729.665.006
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		1.301.553.856	1.379.647.088	1.462.425.913	1.550.171.468	1.643.181.756
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		612.609.428	601.310.780	633.126.184	641.814.693	734.824.981

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		473.130.193	473.130.193	473.130.193	473.130.193	473.130.193
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		46.210.668	116.651.620	155.629.264	216.172.527	216.172.527
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		20.059.402	51.868.790	77.091.155	116.386.266	116.386.266
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		5.328.065	14.061.348	20.774.101	31.076.210	31.076.210
Cargos comissionados - Ativos		3.470.942	5.554.340	5.554.340	5.554.340	5.554.340
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		1.740.104	2.827.669	2.827.669	2.827.669	2.827.669
Adicional de Qualificação - Ativos		445.868	729.026	742.797	771.203	771.203
Subsídio da magistratura - Ativos		3.417.278	10.136.456	10.136.456	10.136.456	10.136.456
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		3.415.937	10.438.453	10.438.453	10.438.453	10.438.453
Encargos sociais estimados (22%)		8.333.071	21.035.538	28.064.293	38.981.931	38.981.931
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		519.340.861	589.781.813	628.759.457	689.302.720	689.302.720
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,136461%	0,136461%	0,136461%	0,136461%	0,136461%
Limite legal (art. 20, I, b)		1.012.413.188	1.073.157.979	1.137.547.458	1.205.800.305	1.278.148.323
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		961.792.528	1.019.500.080	1.080.670.085	1.145.510.290	1.214.240.907
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		442.451.667	429.718.267	451.910.628	456.207.569	524.938.187

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	238.074.392	238.074.392	238.074.392	238.074.392	238.074.392
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	23.198.716	58.376.351	78.037.254	108.521.384	108.521.384
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	10.097.857	26.120.668	38.716.392	58.298.298	58.298.298
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	2.788.804	7.359.960	10.873.534	16.265.841	16.265.841
Cargos comissionados - Ativos	1.574.302	2.519.261	2.519.261	2.519.261	2.519.261
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.134.999	1.844.373	1.844.373	1.844.373	1.844.373
Adicional de Qualificação - Ativos	200.581	327.964	334.160	346.938	346.938
Subsídio da magistratura - Ativos	1.772.767	5.258.446	5.258.446	5.258.446	5.258.446
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.446.031	4.418.795	4.418.795	4.418.795	4.418.795
Encargos sociais estimados (22%)	4.183.375	10.526.883	14.072.292	19.569.430	19.569.430
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	261.273.108	296.450.743	316.111.646	346.595.776	346.595.776
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,069410%	0,069410%	0,069410%	0,069410%	0,069410%
limite legal (art. 20, I, b)	514.957.382	545.854.825	578.606.115	613.322.482	650.121.831
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	489.209.513	518.562.084	549.675.809	582.656.358	617.615.739
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	227.936.405	222.111.341	233.564.163	236.060.582	271.019.963

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	331.183.219	331.183.219	331.183.219	331.183.219	331.183.219
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	34.351.118	85.589.135	114.183.802	158.501.145	158.501.145
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	14.228.572	36.804.535	54.572.592	82.187.579	82.187.579
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	4.487.608	11.843.289	17.497.162	26.174.201	26.174.201
Cargos comissionados - Ativos	2.546.979	4.075.778	4.075.778	4.075.778	4.075.778
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.846.868	3.001.160	3.001.160	3.001.160	3.001.160
Adicional de Qualificação - Ativos	528.434	864.026	880.348	914.013	914.013
Subsídio da magistratura - Ativos	2.684.922	7.964.114	7.964.114	7.964.114	7.964.114
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	1.833.270	5.602.126	5.602.126	5.602.126	5.602.126
Encargos sociais estimados (22%)	6.194.464	15.434.106	20.590.522	28.582.174	28.582.174
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	365.534.337	416.772.354	445.367.021	489.684.364	489.684.364
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,091173%	0,091173%	0,091173%	0,091173%	0,091173%
Limite legal (art. 20, I, b)	676.418.519	717.003.630	760.023.848	805.625.279	853.962.796
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	642.597.593	681.153.449	722.022.656	765.344.015	811.264.656
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	277.063.256	264.381.094	276.655.635	275.659.651	321.580.292

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					626.324.850	626.324.850	626.324.850	626.324.850	626.324.850
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					57.361.307	141.771.466	189.234.582	262.750.255	262.750.255
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					25.865.578	66.918.624	99.102.618	149.037.796	149.037.796
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					5.318.891	14.037.136	20.738.330	31.022.700	31.022.700
Cargos comissionados - Ativos					5.943.562	9.511.127	9.511.127	9.511.127	9.511.127
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					2.231.927	3.626.881	3.626.881	3.626.881	3.626.881
Adicional de Qualificação - Ativos					615.305	1.006.067	1.025.072	1.064.272	1.064.272
Subsídio da magistratura - Ativos					4.614.561	13.687.880	13.687.880	13.687.880	13.687.880
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					2.427.640	7.418.405	7.418.405	7.418.405	7.418.405
Encargos sociais estimados (22%)					10.343.842	25.565.346	34.124.269	47.381.193	47.381.193
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					683.686.157	768.096.316	815.559.432	889.075.105	889.075.105
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%
Limite legal (art. 20, I, b)					1.115.604.979	1.182.541.278	1.253.493.754	1.328.703.379	1.408.425.582
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					1.059.824.730	1.123.414.214	1.190.819.066	1.262.268.210	1.338.004.303
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					376.138.573	355.317.898	375.259.635	373.193.106	448.929.199

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					339.301.808	339.301.808	339.301.808	339.301.808	339.301.808
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					30.412.426	76.392.782	103.173.943	144.615.501	144.615.501
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					12.131.932	31.390.627	46.435.217	69.798.484	69.798.484
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					5.475.288	14.449.886	21.348.123	31.934.896	31.934.896
Cargos comissionados - Ativos					2.080.328	3.329.024	3.329.024	3.329.024	3.329.024
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					1.365.393	2.218.764	2.218.764	2.218.764	2.218.764
Adicional de Qualificação - Ativos					289.596	473.509	482.454	500.903	500.903
Subsídio da magistratura - Ativos					2.254.415	6.687.129	6.687.129	6.687.129	6.687.129
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					1.331.266	4.068.095	4.068.095	4.068.095	4.068.095
Encargos sociais estimados (22%)					5.484.208	13.775.748	18.605.137	26.078.205	26.078.205
Total da despesa estimada para a aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					369.714.234	415.694.590	442.475.751	483.917.309	483.917.309
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,094278%	0,094278%	0,094278%	0,094278%	0,094278%
Limite legal (art. 20, I, b)					699.454.720	741.422.003	785.907.323	833.061.762	883.045.468
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					664.481.984	704.350.903	746.611.957	791.408.674	838.893.195
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					294.767.749	288.656.313	304.136.206	307.491.365	354.975.886

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	263.392.710	263.392.710	263.392.710	263.392.710	263.392.710
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	24.315.763	61.987.649	85.110.399	120.897.086	120.897.086
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	10.883.630	28.155.451	41.719.531	62.778.195	62.778.195
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	4.271.115	11.271.941	16.653.058	24.911.496	24.911.496
Cargos comissionados - Ativos	1.505.703	2.409.486	2.409.486	2.409.486	2.409.486
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	355.164	577.141	577.141	577.141	577.141
Adicional de Qualificação - Ativos	255.026	416.985	424.862	441.109	441.109
Subsídio da magistratura - Ativos	1.684.333	4.996.129	4.996.129	4.996.129	4.996.129
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	975.982	2.982.415	2.982.415	2.982.415	2.982.415
Encargos sociais estimados (22%)	4.384.810	11.178.101	15.347.777	21.801.114	21.801.114
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	287.708.473	325.380.359	348.503.109	384.289.796	384.289.796
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,066021%	0,066021%	0,066021%	0,066021%	0,066021%
Limite legal (art. 20, I, b)	489.814.167	519.203.017	550.355.198	583.376.510	618.379.101
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	465.323.459	493.242.866	522.837.438	554.207.685	587.460.146
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	177.614.986	167.862.508	174.334.330	169.917.888	203.170.350

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	411.986.749	411.986.749	411.986.749	411.986.749	411.986.749
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	43.047.457	107.027.739	143.040.191	198.864.452	198.864.452
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	17.822.690	46.099.377	68.372.062	103.002.064	103.002.064
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	5.739.765	15.147.869	22.379.317	33.477.471	33.477.471
Cargos comissionados - Ativos	4.004.396	6.407.994	6.407.994	6.407.994	6.407.994
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.815.259	2.949.796	2.949.796	2.949.796	2.949.796
Adicional de Qualificação - Ativos	462.023	755.439	769.710	799.144	799.144
Subsídio da magistratura - Ativos	2.885.523	8.559.143	8.559.143	8.559.143	8.559.143
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	2.555.145	7.808.036	7.808.036	7.808.036	7.808.036
Encargos sociais estimados (22%)	7.762.656	19.300.084	25.794.133	35.860.803	35.860.803
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	455.034.206	519.014.488	555.026.940	610.851.201	610.851.201
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,114128%	0,114128%	0,114128%	0,114128%	0,114128%
Limite legal (art. 20, I, b)	846.723.183	897.526.574	951.378.168	1.008.460.858	1.068.968.510
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	804.387.024	852.650.245	903.809.260	958.037.816	1.015.520.084
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	349.352.818	333.635.757	348.782.319	347.186.615	404.668.884

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		271.310.333	271.310.333	271.310.333	271.310.333	271.310.333
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		25.388.940	62.503.185	85.142.969	120.329.208	120.329.208
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		12.461.524	32.223.183	47.886.453	72.283.906	72.283.906
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		2.293.380	6.052.481	8.941.877	13.376.254	13.376.254
Cargos comissionados - Ativos		1.643.155	2.629.442	2.629.442	2.629.442	2.629.442
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		1.966.500	3.195.563	3.195.563	3.195.563	3.195.563
Adicional de Qualificação - Ativos		146.748	239.944	244.476	253.825	253.825
Subsídio da magistratura - Ativos		1.503.959	4.461.097	4.461.097	4.461.097	4.461.097
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		795.341	2.430.410	2.430.410	2.430.410	2.430.410
Encargos sociais estimados (22%)		4.578.333	11.271.066	15.353.650	21.698.710	21.698.710
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		296.699.273	333.813.518	356.453.302	391.639.541	391.639.541
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,067578%	0,067578%	0,067578%	0,067578%	0,067578%
Limite legal (art. 20, I, b)		501.365.653	531.447.592	563.334.448	597.134.515	632.962.586
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		476.297.370	504.875.213	535.167.725	567.277.789	601.314.456
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		179.598.097	171.061.694	178.714.423	175.638.248	209.674.916

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		207.011.040	207.011.040	207.011.040	207.011.040	207.011.040
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		17.938.652	45.321.055	61.772.815	87.300.785	87.300.785
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		8.604.485	22.251.970	33.051.355	49.847.338	49.847.338
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		2.121.342	5.598.453	8.271.100	12.372.832	12.372.832
Cargos comissionados - Ativos		1.374.199	2.199.048	2.199.048	2.199.048	2.199.048
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		85.468	138.885	138.885	138.885	138.885
Adicional de Qualificação - Ativos		421.469	689.130	702.148	728.999	728.999
Subsídio da magistratura - Ativos		1.525.679	4.525.526	4.525.526	4.525.526	4.525.526
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		571.172	1.745.392	1.745.392	1.745.392	1.745.392
Encargos sociais estimados (22%)		3.234.839	8.172.649	11.139.360	15.742.765	15.742.765
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		224.949.692	252.332.095	268.783.855	294.311.825	294.311.825
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,057479%	0,057479%	0,057479%	0,057479%	0,057479%
Limite legal (art. 20, I, b)		426.440.504	452.026.934	479.148.550	507.897.463	538.371.311
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		405.118.479	429.425.587	455.191.123	482.502.590	511.452.745
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		180.168.787	177.093.493	186.407.267	188.190.765	217.140.920

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	971.103.058	971.103.058	971.103.058	971.103.058	971.103.058
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	85.286.068	216.504.678	286.446.567	394.939.390	394.939.390
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	36.450.562	94.281.237	139.830.401	210.659.606	210.659.606
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	9.320.035	24.596.592	36.338.769	54.359.572	54.359.572
Cargos comissionados - Ativos	7.203.593	11.527.479	11.527.479	11.527.479	11.527.479
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.478.719	2.402.918	2.402.918	2.402.918	2.402.918
Adicional de Qualificação - Ativos	1.232.739	2.015.614	2.053.690	2.132.226	2.132.226
Subsídio da magistratura - Ativos	9.127.184	27.073.387	27.073.387	27.073.387	27.073.387
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	5.093.780	15.565.624	15.565.624	15.565.624	15.565.624
Encargos sociais estimados (22%)	15.379.455	39.041.827	51.654.299	71.218.579	71.218.579
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.056.389.126	1.187.607.736	1.257.549.625	1.366.042.448	1.366.042.448
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%
Limite legal (art. 20, I, b)	1.893.301.170	2.006.899.240	2.127.313.195	2.254.951.986	2.390.249.106
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	1.798.636.112	1.906.554.278	2.020.947.535	2.142.204.387	2.270.736.650
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	742.246.986	718.946.542	763.397.910	776.161.939	904.694.202

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	139.978.980	139.978.980	139.978.980	139.978.980	139.978.980
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	10.911.874	27.788.376	36.916.896	51.020.271	51.020.271
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	5.484.636	14.196.276	20.960.148	31.415.540	31.415.540
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	567.251	1.497.038	2.211.710	3.308.521	3.308.521
Cargos comissionados - Ativos	1.006.823	1.611.158	1.611.158	1.611.158	1.611.158
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	124.627	203.774	207.624	215.563	215.563
Subsídio da magistratura - Ativos	1.246.183	3.696.474	3.696.474	3.696.474	3.696.474
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	514.639	1.572.638	1.572.638	1.572.638	1.572.638
Encargos sociais estimados (22%)	1.967.715	5.011.019	6.657.145	9.200.377	9.200.377
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	150.890.854	167.767.356	176.895.876	190.999.251	190.999.251
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%
Limite legal (art. 20, I, b)	318.144.395	337.233.059	357.467.042	378.915.065	401.649.969
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	302.237.175	320.371.406	339.593.690	359.969.312	381.567.470
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	151.346.322	152.604.050	162.697.814	168.970.060	190.568.219

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	190.736.346	190.736.346	190.736.346	190.736.346	190.736.346
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	14.706.735	37.021.128	50.217.957	70.651.637	70.651.637
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	7.560.327	19.561.089	28.959.781	43.529.283	43.529.283
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	1.121.866	2.960.727	4.374.149	6.543.339	6.543.339
Cargos comissionados - Ativos	1.237.118	1.979.686	1.979.686	1.979.686	1.979.686
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	225.386	366.252	366.252	366.252	366.252
Adicional de Qualificação - Ativos	160.527	262.473	267.432	277.659	277.659
Subsídio da magistratura - Ativos	1.463.678	4.341.614	4.341.614	4.341.614	4.341.614
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	285.798	873.345	873.345	873.345	873.345
Encargos sociais estimados (22%)	2.652.034	6.675.941	9.055.697	12.740.459	12.740.459
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	205.443.081	227.757.474	240.954.303	261.387.983	261.387.983
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,049317%	0,049317%	0,049317%	0,049317%	0,049317%
Limite legal (art. 20, I, b)	365.886.086	387.839.251	411.109.606	435.776.182	461.922.753
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	347.591.782	368.447.289	390.554.126	413.987.373	438.826.616
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	142.148.701	140.689.814	149.599.823	152.599.390	177.438.633

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	318.601.569	318.601.569	318.601.569	318.601.569	318.601.569
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	25.694.985	64.573.962	87.274.837	122.390.706	122.390.706
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	13.555.076	35.074.679	51.907.683	77.961.551	77.961.551
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	1.398.285	3.690.227	5.451.906	8.155.567	8.155.567
Cargos comissionados - Ativos	2.248.047	3.597.414	3.597.414	3.597.414	3.597.414
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	305.695	496.755	496.755	496.755	496.755
Adicional de Qualificação - Ativos	407.641	666.522	679.112	705.083	705.083
Subsídio da magistratura - Ativos	2.365.605	7.016.943	7.016.943	7.016.943	7.016.943
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	781.115	2.386.938	2.386.938	2.386.938	2.386.938
Encargos sociais estimados (22%)	4.633.522	11.644.485	15.738.085	22.070.455	22.070.455
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	344.296.554	383.175.531	405.876.406	440.992.275	440.992.275
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%
Limite legal (art. 20, I, b)	572.559.012	606.912.553	643.327.306	681.926.944	722.842.561
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	543.931.061	576.566.925	611.160.941	647.830.597	686.700.433
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	199.634.507	193.391.394	205.284.535	206.838.322	245.708.158

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 19ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		144.963.134	144.963.134	144.963.134	144.963.134	144.963.134
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		10.923.116	27.563.349	36.792.141	51.082.112	51.082.112
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		5.594.487	14.475.168	21.428.564	32.201.667	32.201.667
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		482.117	1.272.360	1.879.773	2.811.974	2.811.974
Cargos comissionados - Ativos		1.148.309	1.837.570	1.837.570	1.837.570	1.837.570
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos		122.230	199.854	203.629	211.416	211.416
Subsídio da magistratura - Ativos		1.120.628	3.324.048	3.324.048	3.324.048	3.324.048
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		485.602	1.483.908	1.483.908	1.483.908	1.483.908
Encargos sociais estimados (22%)		1.969.742	4.970.440	6.634.648	9.211.528	9.211.528
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		155.886.250	172.526.483	181.755.275	196.045.246	196.045.246
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%
Limite legal (art. 20, I, b)		257.723.520	273.186.932	289.578.147	306.952.836	325.370.006
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		244.837.344	259.527.585	275.099.240	291.605.194	309.101.506
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		88.951.094	87.001.102	93.343.965	95.559.949	113.056.261

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		113.722.415	113.722.415	113.722.415	113.722.415	113.722.415
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		9.255.143	23.172.017	31.277.001	43.865.143	43.865.143
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		4.740.585	12.260.350	18.201.362	27.440.096	27.440.096
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		555.407	1.465.779	2.165.528	3.239.438	3.239.438
Cargos comissionados - Ativos		877.338	1.403.952	1.403.952	1.403.952	1.403.952
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		181.318	294.642	294.642	294.642	294.642
Adicional de Qualificação - Ativos		86.419	141.301	143.971	149.476	149.476
Subsídio da magistratura - Ativos		801.828	2.378.411	2.378.411	2.378.411	2.378.411
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		343.287	1.049.020	1.049.020	1.049.020	1.049.020
Encargos sociais estimados (22%)		1.668.960	4.178.560	5.640.115	7.910.108	7.910.108
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		122.977.558	136.894.432	144.999.416	157.587.558	157.587.558
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,029098%	0,029098%	0,029098%	0,029098%	0,029098%
Limite legal (art. 20, I, b)		215.879.987	228.832.786	242.562.754	257.116.519	272.543.510
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		205.085.988	217.391.147	230.434.616	244.260.693	258.916.334
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		82.108.430	80.496.716	85.435.200	86.673.135	101.328.777

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		174.713.487	174.713.487	174.713.487	174.713.487	174.713.487
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		14.050.498	35.309.269	48.100.481	67.896.685	67.896.685
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		7.165.136	18.539.787	27.435.863	41.219.974	41.219.974
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		1.254.282	3.310.189	4.890.441	7.315.666	7.315.666
Cargos comissionados - Ativos		1.092.332	1.747.993	1.747.993	1.747.993	1.747.993
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		208.228	338.371	338.371	338.371	338.371
Adicional de Qualificação - Ativos		267.798	437.869	446.140	463.201	463.201
Subsídio da magistratura - Ativos		1.167.690	3.463.644	3.463.644	3.463.644	3.463.644
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		361.335	1.104.172	1.104.172	1.104.172	1.104.172
Encargos sociais estimados (22%)		2.533.696	6.367.245	8.673.857	12.243.665	12.243.665
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		188.763.985	210.022.756	222.813.968	242.610.172	242.610.172
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,041892%	0,041892%	0,041892%	0,041892%	0,041892%
Limite legal (art. 20, I, b)		310.799.520	329.447.491	349.214.340	370.167.201	392.377.233
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		295.259.544	312.975.116	331.753.623	351.658.841	372.758.371
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		106.495.558	102.952.360	108.939.655	109.048.669	130.148.199

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região		2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)		95.731.414	95.731.414	95.731.414	95.731.414	95.731.414
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016		6.938.466	17.306.302	22.986.115	31.772.451	31.772.451
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos		3.577.106	9.257.494	13.682.644	20.529.252	20.529.252
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas		180.409	476.118	703.413	1.052.243	1.052.243
Cargos comissionados - Ativos		765.347	1.224.738	1.224.738	1.224.738	1.224.738
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas		80.309	130.502	130.502	130.502	130.502
Adicional de Qualificação - Ativos		101.659	166.219	169.359	175.835	175.835
Subsídio da magistratura - Ativos		800.736	2.375.172	2.375.172	2.375.172	2.375.172
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas		181.703	555.249	555.249	555.249	555.249
Encargos sociais estimados (22%)		1.251.199	3.120.809	4.145.037	5.729.458	5.729.458
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)		102.669.880	113.037.716	118.717.529	127.503.865	127.503.865
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada		741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)		0,029751%	0,029751%	0,029751%	0,029751%	0,029751%
Limite legal (art. 20, I, b)		220.724.637	233.968.116	248.006.203	262.886.575	278.659.769
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)		209.688.406	222.269.710	235.605.892	249.742.246	264.726.781
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)		107.018.525	109.231.994	116.888.364	122.238.381	137.222.915

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	202.115.930	202.115.930	202.115.930	202.115.930	202.115.930
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	15.989.722	40.180.570	53.542.351	74.187.192	74.187.192
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	8.120.375	21.015.533	31.067.520	46.604.563	46.604.563
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	709.664	1.872.881	2.766.976	4.139.150	4.139.150
Cargos comissionados - Ativos	1.725.526	2.761.256	2.761.256	2.761.256	2.761.256
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	41.400	67.275	67.275	67.275	67.275
Adicional de Qualificação - Ativos	200.652	328.080	334.278	347.061	347.061
Subsídio da magistratura - Ativos	1.843.388	5.467.925	5.467.925	5.467.925	5.467.925
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	465.325	1.421.943	1.421.943	1.421.943	1.421.943
Encargos sociais estimados (22%)	2.883.392	7.245.677	9.655.178	13.378.018	13.378.018
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	218.105.652	242.296.500	255.658.281	276.303.122	276.303.122
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,049215%	0,049215%	0,049215%	0,049215%	0,049215%
Limite legal (art. 20, I, b)	365.129.341	387.037.102	410.259.328	434.874.887	460.967.381
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	346.872.874	367.685.247	389.746.361	413.131.143	437.919.012
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	128.767.222	125.388.747	134.088.080	136.828.021	161.615.889

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	157.293.466	157.293.466	157.293.466	157.293.466	157.293.466
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	11.893.022	30.040.589	40.118.216	55.724.059	55.724.059
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	5.922.911	15.322.424	22.712.747	34.166.749	34.166.749
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	686.898	1.812.798	2.678.211	4.006.366	4.006.366
Cargos comissionados - Ativos	1.068.967	1.710.603	1.710.603	1.710.603	1.710.603
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	147.745	240.085	240.085	240.085	240.085
Adicional de Qualificação - Ativos	149.391	244.264	248.878	258.396	258.396
Subsídio da magistratura - Ativos	1.373.922	4.075.377	4.075.377	4.075.377	4.075.377
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	398.546	1.217.882	1.217.882	1.217.882	1.217.882
Encargos sociais estimados (22%)	2.144.643	5.417.155	7.234.432	10.048.601	10.048.601
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	169.186.488	187.334.055	197.411.682	213.017.525	213.017.525
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%
Limite legal (art. 20, I, b)	329.436.214	349.202.387	370.154.530	392.363.802	415.905.630
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	312.964.403	331.742.267	351.646.803	372.745.612	395.110.348
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	143.777.915	144.408.213	154.235.121	159.728.087	182.092.824

JUSTIÇA ELEITORAL

Órgão: Justiça Eleitoral - CONSOLIDADO					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	3.221.961.690	3.221.961.690	3.221.961.690	3.221.961.690	3.221.961.690
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	282.890.002	719.970.178	1.012.656.331	1.464.598.246	1.464.598.246
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	158.343.378	409.893.158	604.632.928	905.700.258	905.700.258
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	35.761.490	94.378.488	139.433.872	208.580.693	208.580.693
Cargos comissionados - Ativos	12.721.653	20.357.700	20.357.700	20.357.700	20.357.700
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.854.151	3.012.995	3.012.995	3.012.995	3.012.995
Adicional de Qualificação - Ativos	3.610.855	5.903.998	6.015.526	6.245.568	6.245.568
Subsídio da magistratura - Ativos	19.203.540	56.211.168	56.211.168	56.211.168	56.211.168
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	381.984	381.984	381.984	381.984	381.984
Encargos sociais estimados (22%)	51.012.951	129.830.688	182.610.158	264.107.880	264.107.880
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	3.504.851.692	3.941.931.868	4.234.618.020	4.686.559.936	4.686.559.936
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,922658%	0,922658%	0,922658%	0,922658%	0,922658%
Limite legal (art. 20, I, b)	6.845.260.747	7.255.976.392	7.691.334.975	8.152.815.074	8.641.983.978
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	6.502.997.710	6.893.177.572	7.306.768.226	7.745.174.320	8.209.884.779
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	2.998.146.018	2.951.245.704	3.072.150.206	3.058.614.384	3.523.324.843
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	157.277.848	157.277.848	157.277.848	157.277.848	157.277.848
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	15.668.689	38.734.964	55.481.892	81.327.882	81.327.882
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	8.866.549	22.952.089	33.861.269	50.721.994	50.721.994
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	2.236.560	5.902.527	8.720.337	13.044.850	13.044.850
Cargos comissionados - Ativos	1.546.791	2.475.237	2.475.237	2.475.237	2.475.237
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	114.236	185.634	185.634	185.634	185.634
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	79.051	234.484	234.484	234.484	234.484
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	2.825.501	6.984.993	10.004.931	14.665.684	14.665.684
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	172.946.537	196.012.812	212.759.740	238.605.730	238.605.730
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,043887%	0,043887%	0,043887%	0,043887%	0,043887%
Limite legal (art. 20, I, b)	325.600.557	345.136.590	365.844.785	387.795.473	411.063.201
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	309.320.529	327.879.761	347.552.546	368.405.699	390.510.041
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	136.373.992	131.866.949	134.792.806	129.799.969	151.904.311

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Acre					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	28.576.508	28.576.508	28.576.508	28.576.508	28.576.508
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2.230.087	5.521.966	7.708.780	11.093.007	11.093.007
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	1.279.869	3.311.244	4.905.667	7.375.677	7.375.677
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	157.195	414.856	612.904	916.849	916.849
Cargos comissionados - Ativos	263.052	420.947	420.947	420.947	420.947
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	127.824	379.155	379.155	379.155	379.155
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	402.147	995.764	1.390.108	2.000.378	2.000.378
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	30.806.595	34.098.474	36.285.288	39.669.515	39.669.515
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%
Limite legal (art. 20, I, b)	62.602.080	66.358.205	70.339.697	74.560.079	79.033.684
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	59.471.976	63.040.295	66.822.713	70.832.075	75.082.000
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	28.665.381	28.941.821	30.537.424	31.162.561	35.412.485

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Alagoas					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	65.319.113	65.319.113	65.319.113	65.319.113	65.319.113
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	5.882.996	13.153.698	18.525.594	26.838.278	26.838.278
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	3.154.002	8.161.707	12.070.287	18.123.435	18.123.435
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	390.421	1.030.365	1.522.251	2.277.152	2.277.152
Cargos comissionados - Ativos	405.090	648.242	648.242	648.242	648.242
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	20.334	33.043	33.043	33.043	33.043
Adicional de Qualificação - Ativos	88.311	144.394	147.122	152.748	152.748
Subsídio da magistratura - Ativos	381.984	381.984	381.984	381.984	381.984
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	381.984	381.984	381.984	381.984	381.984
Encargos sociais estimados (22%)	1.060.868	2.371.978	3.340.681	4.839.690	4.839.690
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	71.202.109	78.472.811	83.844.707	92.157.391	92.157.391
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,016634%	0,016634%	0,016634%	0,016634%	0,016634%
Limite legal (art. 20, I, b)	123.408.747	130.813.271	138.662.068	146.981.792	155.800.699
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	117.238.309	124.272.608	131.728.964	139.632.702	148.010.664
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	46.036.201	45.799.797	47.884.257	47.475.311	55.853.273

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					73.989.734	73.989.734	73.989.734	73.989.734	73.989.734
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					5.571.819	14.072.334	19.530.507	27.962.878	27.962.878
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					3.260.413	8.438.442	12.468.392	18.697.297	18.697.297
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					350.094	923.938	1.365.016	2.041.943	2.041.943
Cargos comissionados - Ativos					362.960	580.824	580.824	580.824	580.824
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					33.535	54.494	54.494	54.494	54.494
Adicional de Qualificação - Ativos					93.358	152.646	155.530	161.477	161.477
Subsídio da magistratura - Ativos					466.705	1.384.357	1.384.357	1.384.357	1.384.357
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)					1.004.754	2.537.634	3.521.895	5.042.486	5.042.486
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					79.561.553	88.062.068	93.520.241	101.952.613	101.952.613
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,016665%	0,016665%	0,016665%	0,016665%	0,016665%
Limite legal (art. 20, I, b)					123.638.738	131.057.062	138.920.486	147.255.715	156.091.058
Limite prudencial (95% do limite legal, Art. 22, parágrafo único)					117.456.801	124.504.209	131.974.461	139.892.929	148.286.505
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					37.895.248	36.442.141	38.454.220	37.940.316	46.333.892

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					186.194.807	186.194.807	186.194.807	186.194.807	186.194.807
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					16.043.326	41.222.538	57.917.419	83.696.957	83.696.957
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					9.187.168	23.783.540	35.066.901	52.509.673	52.509.673
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					1.900.866	5.016.595	7.411.469	11.086.899	11.086.899
Cargos comissionados - Ativos					521.558	834.618	834.618	834.618	834.618
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					114.236	185.634	185.634	185.634	185.634
Adicional de Qualificação - Ativos					197.251	322.519	328.611	341.178	341.178
Subsídio da magistratura - Ativos					1.229.187	3.646.060	3.646.060	3.646.060	3.646.060
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)					2.893.059	7.433.572	10.444.125	15.092.894	15.092.894
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					202.238.133	227.417.345	244.112.225	269.891.764	269.891.764
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,054804%	0,054804%	0,054804%	0,054804%	0,054804%
Limite legal (art. 20, I, b)					406.594.502	430.990.172	456.849.582	484.260.557	513.316.191
Limite prudencial (95% do limite legal, Art. 22, parágrafo único)					386.264.777	409.440.663	434.007.103	460.047.529	487.650.381
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					184.026.644	182.023.318	189.894.878	190.155.766	217.758.618

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	126.959.222	126.959.222	126.959.222	126.959.222	126.959.222
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	11.047.635	28.408.350	40.149.331	58.307.084	58.307.084
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	6.371.369	16.490.078	24.350.648	36.528.079	36.528.079
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	1.399.481	3.693.383	5.456.568	8.162.542	8.162.542
Cargos comissionados - Ativos	518.539	829.787	829.787	829.787	829.787
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	766.050	2.272.285	2.272.285	2.272.285	2.272.285
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	1.992.196	5.122.817	7.240.043	10.514.392	10.514.392
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	138.006.857	155.367.572	167.108.553	185.266.307	185.266.307
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,045926%	0,045926%	0,045926%	0,045926%	0,045926%
Limite legal (art. 20, I, b)	340.728.033	361.171.715	382.842.017	405.812.538	430.161.291
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	323.691.631	343.113.129	363.699.917	385.521.912	408.653.226
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	185.684.774	187.745.557	196.591.363	200.255.605	223.386.920

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	48.864.928	48.864.928	48.864.928	48.864.928	48.864.928
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	4.663.030	11.755.831	16.746.927	24.482.062	24.482.062
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	2.537.486	6.561.931	9.751.869	14.708.713	14.708.713
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	714.538	1.885.743	2.785.979	4.167.577	4.167.577
Cargos comissionados - Ativos	340.121	544.275	544.275	544.275	544.275
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	28.763	47.029	47.917	49.750	49.750
Subsídio da magistratura - Ativos	201.248	596.949	596.949	596.949	596.949
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	840.874	2.119.904	3.019.938	4.414.798	4.414.798
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	53.527.958	60.620.759	65.611.855	73.346.990	73.346.990
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,023563%	0,023563%	0,023563%	0,023563%	0,023563%
Limite legal (art. 20, I, b)	174.815.456	185.304.383	196.422.646	208.208.005	220.700.485
Limite prudencial I (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	166.074.683	176.039.164	186.601.514	197.797.605	209.665.461
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	112.546.725	115.418.405	120.989.659	124.450.615	136.318.471

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	68.664.380	68.664.380	68.664.380	68.664.380	68.664.380
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	5.646.179	14.313.125	20.034.006	28.876.615	28.876.615
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	3.277.697	8.483.709	12.525.184	18.778.230	18.778.230
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	512.869	1.353.516	1.999.672	2.991.332	2.991.332
Cargos comissionados - Ativos	370.371	592.682	592.682	592.682	592.682
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	10.167	16.521	16.521	16.521	16.521
Adicional de Qualificação - Ativos	52.335	85.572	87.188	90.522	90.522
Subsídio da magistratura - Ativos	404.577	1.200.070	1.200.070	1.200.070	1.200.070
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	1.018.163	2.581.055	3.612.690	5.207.259	5.207.259
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	74.310.559	82.977.505	88.698.387	97.540.996	97.540.996
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,018054%	0,018054%	0,018054%	0,018054%	0,018054%
Limite legal (art. 20, I, b)	133.943.820	141.980.450	150.499.277	159.529.233	169.100.987
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	127.246.629	134.881.427	142.974.313	151.552.772	160.645.938
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	52.936.070	51.903.922	54.275.926	54.011.776	63.104.942

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	108.723.840	108.723.840	108.723.840	108.723.840	108.723.840
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	8.653.580	22.333.103	31.162.762	44.777.189	44.777.189
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	5.185.973	13.427.173	19.783.705	29.591.157	29.591.157
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	699.186	1.845.228	2.726.122	4.078.036	4.078.036
Cargos comissionados - Ativos	402.354	643.863	643.863	643.863	643.863
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	805.586	2.389.558	2.389.558	2.389.558	2.389.558
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	1.560.482	4.027.281	5.619.514	8.074.575	8.074.575
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	117.377.420	131.056.942	139.886.601	153.501.029	153.501.029
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,023358%	0,023358%	0,023358%	0,023358%	0,023358%
Limite legal (art. 20, I, b)	173.294.547	183.692.220	194.713.753	206.396.579	218.780.373
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	164.629.820	174.507.609	184.978.066	196.076.750	207.841.355
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	47.252.400	43.450.667	45.091.464	42.575.721	54.340.326

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
	2016	2017	2018	2019	2020
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	97.927.367	97.927.367	97.927.367	97.927.367	97.927.367
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	8.215.029	21.052.378	29.440.201	42.396.803	42.396.803
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	4.873.853	12.615.014	18.628.590	27.926.316	27.926.316
Cargos comissionados - Ativos	683.942	1.804.998	2.666.686	3.989.126	3.989.126
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	454.194	726.819	726.819	726.819	726.819
Adicional de Qualificação - Ativos	23.368	37.973	37.973	37.973	37.973
Subsídio da magistratura - Ativos					
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	698.273	2.071.244	2.071.244	2.071.244	2.071.244
Encargos sociais estimados (22%)					
	1.481.399	3.796.331	5.308.889	7.645.325	7.645.325
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	106.142.396	118.979.745	127.367.568	140.324.170	140.324.170
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%
Limite legal (art. 20, I, b)	206.546.802	218.939.610	232.075.987	246.000.546	260.760.579
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	196.219.462	207.992.630	220.472.187	233.700.519	247.722.550
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	90.077.066	89.012.884	93.104.619	93.376.348	107.398.380

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
	2016	2017	2018	2019	2020
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	65.767.852	65.767.852	65.767.852	65.767.852	65.767.852
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	5.442.513	13.852.728	19.425.188	28.047.007	28.047.007
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	3.181.048	8.231.477	12.175.478	18.284.983	18.284.983
Cargos comissionados - Ativos	494.158	1.304.138	1.926.721	2.882.204	2.882.204
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	343.052	548.966	548.966	548.966	548.966
Adicional de Qualificação - Ativos					
Subsídio da magistratura - Ativos	32.593	53.291	54.298	56.374	56.374
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	410.225	1.216.823	1.216.823	1.216.823	1.216.823
Encargos sociais estimados (22%)					
	981.437	2.498.033	3.502.903	5.057.657	5.057.657
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	71.210.365	79.620.580	85.193.041	93.814.859	93.814.859
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,018402%	0,018402%	0,018402%	0,018402%	0,018402%
Limite legal (art. 20, I, b)	136.525.656	144.717.195	153.400.227	162.604.240	172.360.495
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	129.699.373	137.481.335	145.730.215	154.474.028	163.742.470
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	58.489.008	57.860.755	60.537.174	60.659.169	69.927.610

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					61.691.858	61.691.858	61.691.858	61.691.858	61.691.858
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					5.243.700	13.195.468	18.388.405	26.415.618	26.415.618
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					2.941.113	7.612.228	11.242.308	16.858.844	16.858.844
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					494.549	1.305.169	1.928.245	2.884.483	2.884.483
Cargos comissionados - Ativos					354.301	566.967	566.967	566.967	566.967
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					23.368	37.973	37.973	37.973	37.973
Adicional de Qualificação - Ativos					108.447	177.319	180.668	187.577	187.577
Subsídio da magistratura - Ativos					376.336	1.116.303	1.116.303	1.116.303	1.116.303
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)					945.585	2.379.511	3.315.942	4.763.472	4.763.472
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					66.935.558	74.887.326	80.080.264	88.107.476	88.107.476
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%
Limite legal (art. 20, I, b)					119.951.462	127.148.549	134.777.462	142.864.110	151.435.957
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					113.953.889	120.791.122	128.038.589	135.720.905	143.864.159
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					47.018.331	45.903.795	47.958.326	47.613.429	55.756.683

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais					2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					331.670.616	331.670.616	331.670.616	331.670.616	331.670.616
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					29.222.905	75.364.860	106.410.779	154.312.046	154.312.046
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos					17.111.678	44.304.609	65.259.240	97.622.373	97.622.373
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas					3.558.555	9.391.417	13.874.789	20.755.453	20.755.453
Cargos comissionados - Ativos					569.064	910.639	910.639	910.639	910.639
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas					353.446	574.350	574.350	574.350	574.350
Adicional de Qualificação - Ativos					306.660	501.410	510.882	530.419	530.419
Subsídio da magistratura - Ativos					2.053.798	6.092.051	6.092.051	6.092.051	6.092.051
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas					-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)					5.269.704	13.590.385	19.188.829	27.826.762	27.826.762
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)					360.893.521	407.035.476	438.081.395	485.982.662	485.982.662
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada					741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)					0,075975%	0,075975%	0,075975%	0,075975%	0,075975%
Limite legal (art. 20, I, b)					563.663.552	597.483.365	633.332.367	671.332.309	711.612.247
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)					535.480.374	567.609.197	601.665.748	637.765.693	676.031.635
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)					174.586.853	160.573.721	163.584.353	151.783.032	190.048.973

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Pará					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					
	2016	2017	2018	2019	2020
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	98.532.184	98.532.184	98.532.184	98.532.184	98.532.184
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	8.645.540	21.993.180	30.745.841	44.268.457	44.268.457
Cargos comissionados - Ativos	4.908.639	12.704.803	18.763.538	28.132.621	28.132.621
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	881.034	2.325.145	3.435.147	5.138.675	5.138.675
Adicional de Qualificação - Ativos	428.079	685.029	685.029	685.029	685.029
Subsídio da magistratura - Ativos	18.209	29.590	29.590	29.590	29.590
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	180.514	295.152	300.728	312.228	312.228
Encargos sociais estimados (22%)	670.033	1.987.477	1.987.477	1.987.477	1.987.477
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.559.032	3.965.983	5.544.332	7.982.836	7.982.836
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	107.177.724	120.525.364	129.278.026	142.800.641	142.800.641
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,026791%	0,026791%	0,026791%	0,026791%	0,026791%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	198.764.202	210.690.054	223.331.457	236.731.344	250.935.225
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	188.825.991	200.155.551	212.164.884	224.894.777	238.388.464
	81.648.268	79.630.187	82.886.858	82.094.136	95.587.823

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016					
	2016	2017	2018	2019	2020
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	85.192.634	85.192.634	85.192.634	85.192.634	85.192.634
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	6.990.189	17.789.862	24.962.606	36.053.621	36.053.621
Cargos comissionados - Ativos	4.141.237	10.717.945	15.833.654	23.751.220	23.751.220
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	603.758	1.593.383	2.354.049	3.521.448	3.521.448
Adicional de Qualificação - Ativos	383.776	614.134	614.134	614.134	614.134
Subsídio da magistratura - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	94.652	154.763	157.686	163.716	163.716
Encargos sociais estimados (22%)	506.241	1.501.630	1.501.630	1.501.630	1.501.630
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.260.526	3.208.008	4.501.454	6.501.473	6.501.473
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	92.182.824	102.982.496	110.155.240	121.246.255	121.246.255
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,022278%	0,022278%	0,022278%	0,022278%	0,022278%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	165.281.956	175.198.873	185.710.806	196.853.454	208.664.661
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	157.017.858	166.438.930	176.425.265	187.010.781	198.231.428
	64.835.035	63.456.433	66.270.025	65.764.526	76.985.173

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	171.769.554	171.769.554	171.769.554	171.769.554	171.769.554
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	14.801.767	37.754.519	52.597.156	75.509.934	75.509.934
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	8.308.355	21.509.577	31.706.391	47.457.685	47.457.685
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	1.551.935	4.095.727	6.050.988	9.051.741	9.051.741
Cargos comissionados - Ativos	494.754	791.726	791.726	791.726	791.726
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	88.782	144.271	144.271	144.271	144.271
Adicional de Qualificação - Ativos	453.933	742.212	756.233	785.152	785.152
Subsídio da magistratura - Ativos	1.234.835	3.662.813	3.662.813	3.662.813	3.662.813
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	2.669.171	6.808.192	9.484.733	13.616.546	13.616.546
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	186.571.321	209.524.073	224.366.710	247.279.488	247.279.488
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%
Limite legal (art. 20, I, b)	311.051.768	329.714.874	349.497.766	370.467.632	392.695.690
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	295.499.180	313.229.130	332.022.878	351.944.251	373.060.906
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	108.927.858	103.705.058	107.656.168	104.664.763	125.781.418

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	146.444.019	146.444.019	146.444.019	146.444.019	146.444.019
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	12.400.555	31.474.472	43.936.747	63.121.985	63.121.985
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	6.911.993	17.896.397	26.377.262	39.437.853	39.437.853
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	1.370.912	3.617.988	5.345.180	7.995.915	7.995.915
Cargos comissionados - Ativos	600.547	961.020	961.020	961.020	961.020
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	132.623	215.512	215.512	215.512	215.512
Adicional de Qualificação - Ativos	224.121	366.453	373.376	387.654	387.654
Subsídio da magistratura - Ativos	924.194	2.741.379	2.741.379	2.741.379	2.741.379
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	2.236.166	5.675.725	7.923.020	11.382.653	11.382.653
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	158.844.575	177.918.492	190.380.767	209.566.004	209.566.004
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,043771%	0,043771%	0,043771%	0,043771%	0,043771%
Limite legal (art. 20, I, b)	324.739.945	344.224.342	364.877.802	386.770.470	409.976.699
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	308.502.948	327.013.125	346.633.912	367.431.947	389.477.864
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	149.658.373	149.094.633	156.253.145	157.865.943	179.911.859

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	89.546.066	89.546.066	89.546.066	89.546.066	89.546.066
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	7.573.961	19.323.124	26.992.102	38.855.865	38.855.865
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	4.354.390	11.269.390	16.648.570	24.978.699	24.978.699
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	716.054	1.889.744	2.791.890	4.176.420	4.176.420
Cargos comissionados - Ativos	360.029	576.133	576.133	576.133	576.133
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	152.843	249.908	254.629	264.366	264.366
Subsídio da magistratura - Ativos	624.849	1.853.451	1.853.451	1.853.451	1.853.451
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	1.365.796	3.484.498	4.867.428	7.006.795	7.006.795
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	97.120.027	108.869.190	116.538.168	128.401.931	128.401.931
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,026573%	0,026573%	0,026573%	0,026573%	0,026573%
Limite legal (art. 20, I, b)	197.146.845	208.975.656	221.514.195	234.805.047	248.893.350
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	187.289.503	198.526.873	210.438.485	223.064.795	236.448.682
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	90.169.476	89.657.683	93.900.318	94.662.864	108.046.751

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	249.338.000	249.338.000	249.338.000	249.338.000	249.338.000
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	26.174.492	67.274.639	95.384.622	138.797.686	138.797.686
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	12.741.931	32.992.333	48.540.951	72.621.536	72.621.536
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	5.938.841	15.673.253	23.155.514	34.638.592	34.638.592
Cargos comissionados - Ativos	605.130	968.353	968.353	968.353	968.353
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	364.182	591.796	591.796	591.796	591.796
Adicional de Qualificação - Ativos	326.716	534.204	544.295	565.110	565.110
Subsídio da magistratura - Ativos	1.477.700	4.383.208	4.383.208	4.383.208	4.383.208
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	4.719.990	12.131.492	17.200.506	25.029.091	25.029.091
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	275.512.492	316.612.639	344.722.622	388.135.686	388.135.686
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,104158%	0,104158%	0,104158%	0,104158%	0,104158%
Limite legal (art. 20, I, b)	772.755.093	819.120.399	868.267.623	920.363.680	975.585.501
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	734.117.339	778.164.379	824.854.242	874.345.496	926.806.226
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	458.604.847	461.551.740	480.131.620	486.209.810	538.670.540

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2016	2017	2018	2019	2020
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	77.877.551	77.877.551	77.877.551	77.877.551	77.877.551
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	6.640.460	16.729.459	23.332.971	33.530.055	33.530.055
Cargos comissionados - Ativos	3.596.004	9.308.651	13.732.777	20.571.571	20.571.571
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	781.244	2.061.788	3.046.065	4.556.643	4.556.643
Adicional de Qualificação - Ativos	379.938	607.991	607.991	607.991	607.991
Subsídio da magistratura - Ativos	85.159	138.383	138.383	138.383	138.383
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	139.600	228.255	232.567	241.461	241.461
Encargos sociais estimados (22%)	461.057	1.367.603	1.367.603	1.367.603	1.367.603
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	1.197.460	3.016.788	4.207.585	6.046.403	6.046.403
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	84.518.011	94.607.010	101.210.522	111.407.606	111.407.606
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	181.759.702	192.665.284	204.225.201	216.478.713	229.467.436
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	172.671.717	183.032.020	194.013.941	205.654.777	217.994.064
	88.153.706	88.425.010	92.803.419	94.247.172	106.586.458

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2016	2017	2018	2019	2020
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	164.825.362	164.825.362	164.825.362	164.825.362	164.825.362
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	14.496.786	37.200.638	52.385.377	75.840.182	75.840.182
Cargos comissionados - Ativos	8.178.340	21.169.531	31.239.492	46.813.452	46.813.452
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	1.880.322	4.962.376	7.331.367	10.967.075	10.967.075
Adicional de Qualificação - Ativos	491.995	787.310	787.310	787.310	787.310
Subsídio da magistratura - Ativos	38.909	63.227	63.227	63.227	63.227
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	244.595	399.930	407.484	423.067	423.067
Encargos sociais estimados (22%)	1.048.451	3.109.953	3.109.953	3.109.953	3.109.953
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	2.614.175	6.708.312	9.446.543	13.676.098	13.676.098
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	179.322.148	202.026.000	217.210.739	240.665.544	240.665.544
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,044636%	0,044636%	0,044636%	0,044636%	0,044636%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	331.157.437	351.026.883	372.088.496	394.413.806	418.078.635
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	314.599.565	333.475.539	353.484.072	374.693.116	397.174.703
	135.277.417	131.449.539	136.273.333	134.027.572	156.509.159

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	48.918.138	48.918.138	48.918.138	48.918.138	48.918.138
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	3.759.432	9.387.982	13.085.048	18.821.078	18.821.078
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	2.241.297	5.797.128	8.602.889	12.958.593	12.958.593
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	176.434	465.629	687.916	1.029.062	1.029.062
Cargos comissionados - Ativos	319.178	510.762	510.762	510.762	510.762
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	75.568	123.559	125.894	130.708	130.708
Subsídio da magistratura - Ativos	269.024	797.989	797.989	797.989	797.989
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	677.930	1.692.915	2.359.599	3.393.965	3.393.965
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	52.677.570	58.306.120	62.003.186	67.739.216	67.739.216
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,012479%	0,012479%	0,012479%	0,012479%	0,012479%
Limite legal (art. 20, I, b)	92.582.527	98.137.478	104.025.727	110.267.271	116.883.307
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	87.953.400	93.230.604	98.824.441	104.753.907	111.039.141
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	35.275.830	34.924.484	36.821.255	37.014.691	43.299.925

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	106.239.624	106.239.624	106.239.624	106.239.624	106.239.624
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	8.921.129	22.660.368	31.684.272	45.626.440	45.626.440
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	4.998.982	12.939.530	19.097.862	28.622.683	28.622.683
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	978.752	2.583.032	3.816.147	5.708.618	5.708.618
Cargos comissionados - Ativos	408.537	653.758	653.758	653.758	653.758
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	93.536	151.997	151.997	151.997	151.997
Adicional de Qualificação - Ativos	168.208	275.031	280.226	290.943	290.943
Subsídio da magistratura - Ativos	664.385	1.970.724	1.970.724	1.970.724	1.970.724
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	1.608.728	4.086.296	5.713.557	8.227.719	8.227.719
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	115.160.753	128.899.992	137.923.896	151.866.064	151.866.064
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%
Limite legal (art. 20, I, b)	258.398.655	273.902.575	290.336.729	307.756.933	326.222.349
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	245.478.723	260.207.446	275.819.893	292.369.086	309.911.231
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	130.317.970	131.307.454	137.895.997	140.503.022	158.045.167

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
	2016	2017	2018	2019	2020
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	402.656.050	402.656.050	402.656.050	402.656.050	402.656.050
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	36.399.641	94.103.293	133.014.824	192.949.190	192.949.190
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	19.505.666	50.514.988	74.286.045	110.936.736	110.936.736
Cargos comissionados - Ativos	6.435.247	16.983.322	25.090.997	37.533.904	37.533.904
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	566.133	905.949	905.949	905.949	905.949
Adicional de Qualificação - Ativos	340.060	552.597	552.597	552.597	552.597
Subsídio da magistratura - Ativos	516.915	845.191	861.157	894.089	894.089
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	2.471.751	7.331.799	7.331.799	7.331.799	7.331.799
Encargos sociais estimados (22%)	-	-	-	-	-
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	6.563.870	16.969.446	23.986.280	34.794.116	34.794.116
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	439.055.691	496.759.342	535.670.874	595.605.240	595.605.240
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	810.599.750	859.235.735	910.789.879	965.437.272	1.023.363.508
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	770.069.762	816.273.948	865.250.385	917.165.408	972.195.333
	331.014.071	319.514.606	329.579.511	321.560.168	376.590.092

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe					
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)					
	2016	2017	2018	2019	2020
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	50.824.077	50.824.077	50.824.077	50.824.077	50.824.077
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	4.300.095	10.867.048	15.279.404	22.109.848	22.109.848
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	2.401.078	6.212.390	9.196.250	13.823.773	13.823.773
Cargos comissionados - Ativos	502.288	1.325.593	1.958.418	2.929.619	2.929.619
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	346.630	554.692	554.692	554.692	554.692
Adicional de Qualificação - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Ativos	-	-	-	-	-
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	274.672	814.742	814.742	814.742	814.742
Encargos sociais estimados (22%)	-	-	-	-	-
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	775.427	1.959.632	2.755.302	3.987.022	3.987.022
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	55.124.173	61.691.125	66.103.481	72.933.925	72.933.925
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite legal (art. 20, I, b)	0,014142%	0,014142%	0,014142%	0,014142%	0,014142%
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	104.920.434	111.215.660	117.888.599	124.961.915	132.459.630
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	99.674.412	105.654.877	111.994.169	118.713.819	125.836.649
	44.550.239	43.963.751	45.890.688	45.779.894	52.902.723

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	49.818.675	49.818.675	49.818.675	49.818.675	49.818.675
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	3.595.764	9.009.908	12.520.473	17.948.402	17.948.402
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	2.134.347	5.523.425	8.166.977	12.256.434	12.256.434
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	184.791	487.683	720.498	1.077.800	1.077.800
Cargos comissionados - Ativos	322.109	515.452	515.452	515.452	515.452
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	37.077	60.623	61.768	64.130	64.130
Subsídio da magistratura - Ativos	269.024	797.989	797.989	797.989	797.989
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	648.416	1.624.738	2.257.790	3.236.597	3.236.597
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	53.414.438	58.828.583	62.339.148	67.767.077	67.767.077
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,012396%	0,012396%	0,012396%	0,012396%	0,012396%
Limite legal (art. 20, I, b)	91.966.744	97.484.749	103.333.834	109.533.864	116.105.896
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	87.368.407	92.610.511	98.167.142	104.057.171	110.300.601
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	33.953.968	33.781.928	35.827.994	36.290.094	42.533.524

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima					
	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	30.169.657	30.169.657	30.169.657	30.169.657	30.169.657
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2.439.545	6.016.694	8.392.606	12.093.071	12.093.071
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	1.440.497	3.722.808	5.557.500	8.417.111	8.417.111
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	88.793	234.335	346.204	517.891	517.891
Cargos comissionados - Ativos	279.255	446.875	446.875	446.875	446.875
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	29.371	48.023	48.930	50.801	50.801
Subsídio da magistratura - Ativos	161.712	479.675	479.675	479.675	479.675
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	439.918	1.084.978	1.513.421	2.180.718	2.180.718
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	32.609.202	36.186.351	38.562.263	42.262.728	42.262.728
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%
Limite legal (art. 20, I, b)	54.804.642	58.092.920	61.578.495	65.273.205	69.189.597
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	52.064.410	55.188.274	58.499.571	62.009.545	65.730.118
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	19.455.207	19.001.924	19.937.308	19.746.817	23.467.390

Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa atual com pessoal e encargos sociais (RGF, 1º quadrimestre de 2016)	28.182.025	28.182.025	28.182.025	28.182.025	28.182.025
Impacto anual acumulado dos PLC nº 27 e 29, de 2016	2.219.160	5.403.648	7.420.488	10.539.005	10.539.005
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Ativos	1.252.403	3.241.021	4.793.230	7.193.519	7.193.519
Vencimento Básico e Gratificação Judiciária - Inativos e pensionistas	78.670	207.618	306.732	458.844	458.844
Cargos comissionados - Ativos	284.116	454.653	454.653	454.653	454.653
Cargos comissionados - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Adicional de Qualificação - Ativos	59.027	96.513	98.336	102.097	102.097
Subsídio da magistratura - Ativos	144.768	429.415	429.415	429.415	429.415
Subsídio da magistratura - Inativos e pensionistas	-	-	-	-	-
Encargos sociais estimados (22%)	400.176	974.428	1.338.121	1.900.476	1.900.476
Total da despesa estimada para aferição do limite da LRF (Despesa atual + impacto PLC)	30.401.185	33.585.673	35.602.513	38.721.030	38.721.030
Receita Corrente Líquida (RCL) estimada	741.906.616.200	786.421.013.172	833.606.273.962	883.622.650.400	936.640.009.424
Limite para despesas do órgão (% da RCL)	0,007820%	0,007820%	0,007820%	0,007820%	0,007820%
Limite legal (art. 20, I, b)	58.017.097	61.498.123	65.188.011	69.099.291	73.245.249
Limite prudencial (95% do limite legal. Art. 22, parágrafo único)	55.116.243	58.423.217	61.928.610	65.644.327	69.582.986
Margem residual (Limite prudencial - Despesa estimada)	24.715.058	24.837.544	26.326.097	26.923.296	30.861.956